**AO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA (OU COMARCA) DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**NOME DO REQUERENTE**,nacionalidade, estado civil, profissão, filiação**,** inscrito no RG sob o nº X.XXX.XXX, órgão expedidor/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP XX.XXX-XXX, telefone(s) nº (DDD) 9 XXXX-XXXX, endereço de e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem, a este r. Juízo, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA**

(Venda de mercadoria - Cheque prescrito - Cheque devolvido - Falta de pagamento)

em face de **NOME DA REQUERIDA**, nacionalidade, estado civil, profissão, filiação**,** inscrito no RG sob o nº X.XXX.XXX, órgão expedidor/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP XX.XXX-XXX, telefone(s) nº (DDD) 9 XXXX-XXXX, endereço de e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

**I - DOS FATOS**

Em XX/XX/XXXX, a autora vendeu à requerida um(a) (DIGITE A DESCRIÇÃO DA COISA), pelo valor total de R$XXX,XX (VALOR POR EXTENSO).

A obrigação da autora era entregar a coisa vendida, e a obrigação da parte ré era pagar o valor ajustado.

Para tanto, foi convencionado o pagamento da seguinte forma: a requerida se comprometeu a entregar a cártula de cheque com emissão em XX/XX/XXXX, no valor de R$XXX,XX (VALOR POR EXTENSO), banco: (NOME DO BANCO), agência: (DIGITE O NOME DO BANCO), nº (DIGITE O NÚMERO DO CHEQUE), pós-datado para o dia XX/XX.

Contudo, a requerida está inadimplente há XX meses, porquanto, ao apresentar ao banco sacado, o cheque foi devolvido, pois (COLOQUE O MOTIVO ALEGADO PELO BANCO), razão pela qual a requerente ajuiza a presente demanda.

Ressalta-se que não houve ajuizamento de ação de execução porque o aludido título executivo encontra-se prescrito.

**II - DO DIREITO**

De forma sucinta e já sabida, o Código Civil Brasileiro estabelece, no art. 481, que: “**Art. 481.** **Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.**”(grifado). Assim, requer seja a parte ré condenada a pagar integralmente o valor devido.

**III - DOS PEDIDOS**

Com base no exposto, requer:

**a)** que a requerida seja intimada para comparecer pessoalmente à Audiência de Conciliação, a ser designada no ato da distribuição, sendo que o não comparecimento importará a pena de revelia;

No **mérito**, que seja julgado procedente o pedido para:

**b)** seja a requerida condenada a pagar o valor devido, devidamente atualizado e corrigido com juros legais, desde as datas dos respectivos vencimentos, a título de ressarcimento.

Pretende demonstrar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de **R$XXX,XX (VALOR POR EXTENSO)**

Nestes termos, pede deferimento.

*(datado e assinado digitalmente)*

**Advogado (a) - OAB/UF**

*Yohanan Ferreira Breves*

*31 out. 2022*

**DÚVIDAS ? DEIXE SEU COMENTÁRIO ABAIXO QUE EU RESPONDO NUM PISCAR DE OLHOS !**



**@yohanan\_breves**



**@yohanan\_breves**

**----------------------------------- BONS ESTUDOS --------------------------------------**

Referência: <https://www.tjdft.jus.br/servicos/distribuicao-e-atendimento/modelo-de-peticoes/cobranca-de-divida>